

# GUIA PRÁTICO

## SUBSÍDIO DE ASSISTÊNCIA A FILHOS COM DEFICIÊNCIA OU DOENÇA CRÓNICA

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

## **FICHA TÉCNICA**

### **TÍTULO**

Guia Prático - Subsídio de Assistência a Filhos com Deficiência ou Doença Crónica  
(3016 – v1.05)

### **PROPRIEDADE**

Instituto da Segurança Social, I.P.

### **AUTOR**

Instituto da Segurança Social, I.P.

### **PAGINAÇÃO**

Gabinete de Comunicação

### **CONTACTOS**



Telefone: **808 266 266** (n.º azul), dias úteis das 08h00 às 20h00.

Fax: **(+351) 272 240 900**

Estrangeiro: **(+351) 272 345 313**

Site: [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt), consulte a Segurança Social Directa.

### **DATA DE PUBLICAÇÃO**

Janeiro de 2011

## ÍNDICE

A – O que é? .....	4
B1 – Quem tem direito? .....	4
B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber? .....	5
C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar? .....	6
D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber?.....	7
D2 – Como posso receber? .....	8
D3 – Quais as minhas obrigações? .....	9
D4 – Por que razões termina? .....	9
E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável.....	10
E2 – Glossário .....	10
Perguntas Frequentes .....	11

<b>A informação contida neste guia prático não dispensa a consulta da lei.</b>
--

## **A – O que é?**

É um apoio em dinheiro dado às pessoas que tiram uma licença no seu trabalho para acompanharem os filhos (biológicos, adoptados ou do seu cônjuge) devido a deficiência ou doença crónica, por período até 6 meses, prorrogável até ao limite de 4 anos.

## **B1 – Quem tem direito?**

### **Quem tem direito a este subsídio**

### **Quem não tem direito a este subsídio**

### **Quais as condições necessárias para ter acesso a este subsídio**

#### **Qual é o prazo de garantia**

### **Quem tem direito a este subsídio**

- Trabalhadores por conta de outrem (a contrato) a descontarem para a Segurança Social, incluindo os trabalhadores do serviço doméstico
- Trabalhadores independentes (a recibos verdes ou empresários em nome individual) a descontarem para a Segurança Social
- Beneficiários do Seguro Social Voluntário que:
  - Trabalhem em navios de empresas estrangeiras ou
  - Sejam bolseiros de investigação.
- Quem estiver a receber Pensão de Invalidez Relativa, Pensão de Velhice ou Pensão de Sobrevivência e a trabalhar e a fazer descontos para a Segurança Social.
- Trabalhadores em situação de pré-reforma, desde que exerçam actividade enquadrada em qualquer dos regimes de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem, independentes ou seguro social voluntário, desde que, neste último caso, o respectivo esquema de protecção social integre a eventualidade.

### **Quem não tem direito a este subsídio**

- As pessoas em situação de pré-reforma que não trabalhem (suspensão total de actividade).
- Quem estiver a receber Subsídio de Desemprego ou Subsídio Social de Desemprego.
- Os pensionistas de invalidez, velhice ou sobrevivência que não trabalhem nem descontem para a segurança social.

### **Quais as condições necessárias para ter acesso a este subsídio**

1. A criança:
  - Tem uma *deficiência* ou uma *doença crónica* comprovada pelo médico.
  - Faz parte do agregado familiar do beneficiário e mora com ele.
2. O beneficiário:

- Apresenta certificação médica que comprova a necessidade da assistência e o outro progenitor trabalha e não pediu subsídio pela mesma razão, ou está impossibilitado de prestar a assistência
- Pediu o subsídio dentro do prazo, ou seja, nos 6 meses a contar do dia em que deixou de trabalhar para acompanhar a criança;
- Cumpre o prazo de garantia;
- Tem os pagamentos das contribuições para a Segurança Social em dia até ao fim do terceiro mês imediatamente anterior ao mês em que deixa de trabalhar por licença para assistência a filho com deficiência ou doença crónica, se for trabalhador independente.

**Nota:** A situação contributiva irregular determina a suspensão do pagamento do subsídio a partir da data em que o mesmo é devido. Porém, o beneficiário readquire o direito ao subsídio desde que regularize a situação contributiva nos 3 meses subsequentes ao mês em que tenha ocorrido a suspensão.

Se a situação contributiva não for regularizada no referido prazo, o beneficiário perde o direito às prestações suspensas.

Caso regularize a situação contributiva fora do prazo, mas dentro do período de concessão do subsídio, retoma o direito ao subsídio a partir do dia seguinte àquele em que ocorra a regularização da situação contributiva.

- Tem os pagamentos de contribuições para a Segurança Social em dia até ao fim do mês anterior ao mês em que deixa de trabalhar por licença para assistência a filho com deficiência ou doença crónica se estiver abrangido pelo Seguro Social Voluntário, sendo indeferido o subsídio se a situação contributiva não estiver regularizada.

#### **Qual é o prazo de garantia?**

Para ter direito ao subsídio de assistência a filhos deficientes ou doentes crónicos, no dia em que deixa de trabalhar tem de ter trabalhado e descontado durante **seis meses (seguidos ou não)** para a Segurança Social ou outro sistema de protecção social que assegure um subsídio nestes casos.

Para completar este prazo de 6 meses é contado, se for necessário, o mês em que o ocorre o impedimento de trabalhar, desde que tenha trabalhado e descontado pelo menos um dia nesse mesmo mês.

**Nota:** Nas situações em que os meses de descontos não são seguidos, não pode haver um período igual ou superior a 6 meses sem descontos. Caso ocorra um período igual ou superior a 6 meses sem descontos, o beneficiário tem que cumprir novo prazo de garantia que começa a contar-se a partir do mês em que há novo registo de remunerações.

## **B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber?**

**Não pode acumular com...**

**Pode acumular com...**

**Não pode acumular com:**

- Rendimentos de trabalho
- Subsídio de desemprego
- Subsídio de doença
- Prestações concedidas no âmbito do subsistema de solidariedade, excepto rendimento social de inserção e complemento solidário para idosos.

**Pode acumular com:**

- Pensão de invalidez relativa (desde que esteja a trabalhar e a descontar para a Segurança Social)
- Pensão de velhice (desde que esteja a trabalhar e a descontar para a Segurança Social)
- Pensão de sobrevivência (desde que esteja a trabalhar e a descontar para a Segurança Social)
- Rendimento social de inserção
- Pensões ou indemnizações por acidente de trabalho ou doença profissional

## **C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?**

### **Formulários**

### **Documentos necessários**

### **Onde se pede?**

### **Até quando se pode pedir?**

### **Formulários**

RP 5053 – Requerimento do subsídio para assistência a filho com deficiência ou doença crónica.

### **Todas as situações**

- Documento da instituição bancária comprovativo do NIB, no caso de pretender que o pagamento seja efectuado por depósito em conta bancária e ainda não ter aderido a esta modalidade de pagamento.

### **Documentos necessários**

- Certificação médica da deficiência ou da doença crónica quando o filho tem 12 ou mais anos de idade  
**Nota:** A certificação médica da deficiência é dispensada se estiver a ser atribuída uma prestação por deficiência e a certificação médica da doença crónica só é exigível aquando da apresentação do primeiro requerimento
- Certificação médica comprovativa que o filho necessita de assistência.

**Nota:** Caso se trate de um prolongamento (prorrogação) do subsídio por Assistência a Filho com

Deficiência ou Doença Crónica o beneficiário deverá comunicar à Segurança Social que a licença vai continuar, quando faltarem no mínimo 10 dias úteis para o fim do período de licença de que está a beneficiar.

### **ATENÇÃO:**

**Os beneficiários devem ter a morada actualizada.**

Para o efeito devem utilizar:

- Preferencialmente, o Serviço Segurança Social Directa, em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt);
- **Ou** o formulário, Mod. MG 02-DGSS, o qual pode ser obtido nos serviços de atendimento da Segurança Social ou na Internet em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt) na opção Formulários.

### **Onde se pede?**

- Segurança Social Directa (pode preencher o formulário e entregar a documentação digitalizada)

**<https://www.seg-social.pt/consultas/ssdirecta/>**

- Serviços de atendimento da Segurança Social,
- Por correio, para o centro distrital de segurança social da área da residência do beneficiário

### **Até quando se pode pedir?**

No prazo de 6 meses a contar do primeiro dia em já não trabalhou. Se não pedir dentro deste prazo, mas entregar o requerimento durante o período legal de concessão do subsídio, o tempo que passou além dos seis meses será descontado na prestação.

## **D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber?**

### **Quanto se recebe?**

### **Durante quanto tempo se recebe?**

### **A partir de quando se tem direito a receber?**

### **Quando se recebe o primeiro pagamento?**

### **Quanto se recebe?**

65% da remuneração de referência, com o limite máximo mensal de duas vezes o valor do IAS.

#### **No mínimo**

Nas situações em que a remuneração de referência é muito baixa, a lei estabelece um limite mínimo de € 11,18 por dia (igual a 80% de 1/30 do IAS).

#### **No máximo**

No máximo pode receber, por mês, € 838,44 (2 vezes o Indexante de Apoios Sociais (IAS)).

### **O que é a remuneração de referência?**

É a média de todas as remunerações declaradas à Segurança social pela entidade empregadora nos primeiros seis meses dos últimos oito meses (a contar do 2º mês anterior àquele em que começa o impedimento para o trabalho).

Por exemplo, se entrar de licença em Novembro, conta o que foi declarado pela entidade empregadora, em média, durante os meses de Março a Agosto.

No caso de não ter 6 meses de descontos na Segurança Social e o direito ao subsídio ser reconhecido por terem sido considerados períodos de descontos noutros regimes obrigatórios de Segurança Social, nacionais ou estrangeiros, é feita a média das remunerações declaradas à Segurança Social no período anterior ao impedimento e até ao início do mês em que o mesmo ocorreu. É então efectuado o seguinte

A remuneração de referência é igual ao total das remunerações registadas até ao início do mês em que ocorreu o evento a dividir por 30 vezes o número de meses com remunerações registadas (com descontos), ou seja:  $RR = R / (30 \times n)$

Para o cálculo também contam os subsídios de férias e de Natal declarados nesse período.

### **Durante quanto tempo se recebe?**

Durante o período da licença, que pode ir até 6 meses, que podem ser prolongados até 4 anos.

Para prolongamento do subsídio por Assistência a Filho com Deficiência ou Doença Crónica o beneficiário deverá comunicar à Segurança Social que a licença vai continuar, quando falem no mínimo 10 dias úteis para o fim do período de licença de que está a beneficiar.

### **A partir de quando se tem direito a receber?**

A partir do primeiro dia em que não trabalha e não é pago.

## **D2 – Como posso receber?**

Transferência bancária.

Cheque não à ordem

**Nota Importante:** A Segurança Social alterou o modo de pagamento dos subsídios sociais de carta-cheque para **cheque não à ordem**

#### **O cheque não à ordem:**

- Não pode ser endossado (passado ou transmitido) a terceiros (qualquer pessoa diferente do próprio beneficiário);
- Só pode ser levantado pelo próprio ou depositado numa conta do próprio.

**Para maior comodidade e segurança adira ao pagamento dos subsídios por transferência bancária.**

O dinheiro entra directamente na sua conta bancária e fica disponível de imediato.



A Segurança Social garante um pagamento mais rápido, mais seguro, sem atrasos e extravios.

### **Como aderir ao pagamento por transferência bancária**

- **Pela Internet, no serviço Segurança Social Directa:**
  - Aceda ao site da Segurança Social em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt);
  - **Clique** em: “Segurança Social Directa – Aceda aqui”
  - Digite o **NISS** (Número de Identificação de Segurança Social) e a **Palavra-Chave**;
  - No menu Serviços Disponíveis, **clique** em “**Alteração de NIB**”
  - Indique o seu **NIB**
  
- Preenchendo o modelo RP 5046–DGSS, disponível para impressão na Internet em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt), “Formulários”, seleccionar “Pagamento de Prestações por Depósito em Conta Bancária”, **clique** em “Ver” (link directo em [http://www.seg-social.pt/preview\\_formularios.asp?r=2233&m=PDF](http://www.seg-social.pt/preview_formularios.asp?r=2233&m=PDF) ) .
  1. Junte um dos seguintes documentos comprovativos do seu **NIB**
    - Declaração bancária onde conste o seu **NIB**;
    - Fotocópia da primeira folha da caderneta bancária;
    - Fotocópia de um cheque em branco.
  2. Junte também fotocópia de documento de identificação civil válido que tenha a sua assinatura (cartão de cidadão, bilhete de identidade, passaporte) para se verificar a autenticidade da assinatura.
  3. Envie o formulário e os documentos (NIB e identificação) pelo correio para o Centro Distrital da Segurança Social da sua área de residência ou entregue-os directamente num dos Serviços de Atendimento ao público. Em [www.seg-social.pt/atendimentos](http://www.seg-social.pt/atendimentos), consulte o mapa da rede de serviços de atendimento público.
  
- **Pode também obter o formulário nos Serviços de Atendimento da Segurança Social.**

### **D3 – Quais as minhas obrigações?**

Tem de avisar a Segurança Social no prazo de **cinco dias úteis** se ocorrer algo que leve à cessação do subsídio.

### **D4 – Por que razões termina?**

**Este subsídio termina definitivamente se...**

- Deixar de faltar ao trabalho para dar assistência ao descendente.
- Houver fraude.
- O beneficiário trabalhar enquanto estiver a receber o subsídio.

## **E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável**

### **Portaria n.º 458/2009, de 30 de Abril**

Aprova os novos modelos de requerimento.

### **Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril**

Protecção na parentalidade.

### **Portaria n.º 1514/2008 de 24 de Dezembro**

Indexante dos Apoios Sociais (IAS).

### **Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro**

Indexante dos Apoios Sociais (IAS), regras da sua actualização e das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social.

## **E2 – Glossário**

### ***Deficiência***

Perda ou alteração prolongada de uma função psicológica, fisiológica ou anatómica que causa grave perda de autonomia e que dificilmente responde a tratamento, correcção ou compensação.

### ***Doença crónica***

Doença de longa duração que afecta vários aspectos da vida da criança. Os sintomas evoluem gradualmente e podem tornar-se incapacitantes. As possibilidades de tratamento médico são limitadas.

### ***Prazo de garantia***

É o tempo durante o qual o beneficiário tem de ter trabalhado e descontado para a Segurança Social (ou para outro sistema de segurança social obrigatório) para ter direito a um dado benefício.

### ***Remuneração de referência***

É o valor que é usado para calcular o valor do subsídio.

Neste caso, é a média de todas as remunerações declaradas à Segurança social pela entidade empregadora nos primeiros seis meses dos últimos oito meses (a contar do 2º mês anterior àquele em que começa o impedimento para o trabalho).

Por exemplo, se entrar de licença em Novembro, conta o que foi declarado pela entidade empregadora, em média, durante os meses de Março a Agosto.

Para este valor também contam os subsídios de férias e de Natal declarados nesse período.

## Perguntas Frequentes

**1. Durante o período em que estou a receber subsídio de assistência a filhos deficientes e doentes crónicos há “registo de remunerações por equivalência à entrada de contribuições”?**

Sim. Os dias em que está a receber subsídio de assistência a filhos deficientes e doentes crónicos também contam como dias em que descontou para a Segurança Social.

Durante esse período, assume-se que os seus rendimentos são iguais ao valor da remuneração de referência.

**2. Os valores que recebo da Segurança Social a título de subsídio de assistência a filho com deficiência ou doença crónica devem ser declarados para efeitos de IRS?**

Não, não necessita de declarar, para efeito de IRS, os valores recebidos de subsídio de assistência a filho com deficiência ou doença crónica.